D. Francisco Manuel de Melo, um polígrafo de «cartas familiares»

Aníbal Pinto de Castro Universidade de Coimbra

Não seria lícito à minha consciência de Universitário, que sempre estudou Literatura para seu prazer e sobretudo para a ensinar, faltar a este encontro com que um grupo de ilustres Colegas e alguns bons Amigos quiseram assinalar o IV Centenário do nascimento de D. Francisco Manuel de Melo.

Quando, não sem algum sacrifício, sobretudo de ânimo, dei o meu *placet* às Doutoras Zulmira Santos e Marta Anacleto para aqui vir hoje, perguntei-lhes que tema gostariam que eu abordasse; responderam-me que da epistolografia.

Com efeito, em 1664 saía em Roma, dos prelos de Filipe Maria Mancini, a Primeira Parte das *Cartas familiares escritas a várias pessoas sobre assuntos diversos*. Reunira-as e publicara-as, em cinco centúrias, o Professor de Humanidades, António Luís de Azevedo, seu dilecto amigo, e apareciam oferecidas à Academia dos Generosos.

A 2.ª edição só viria a aparecer em 1752, mercê dos cuidados de Luís de Morais e Castro e a elas se juntariam outras, passados quase dois séculos e meio depois, encontradas por Edgar Prestage no decurso das suas exaustivas pesquisas acerca da vida e obra do Autor, para a ainda hoje modelar e insubstituível monografia que acerca dele escreveu¹.

Mais recentemente dispomos da edição muito completa, embora com alguns aspectos discutíveis, sobretudo no que toca à leitura e fixação do texto, de Maria da Conceição Morais Sarmento².

Constitui a carta um meio de comunicação comum, e raras vezes adquire por isso, não obstante o seu valor documental, grandes foros de qualidade estética, salvo raros casos, entre os quais avulta o do Padre António Vieira. E, neste nosso tempo sem tempo, essa dimensão estética vai definitivamente desaparecendo, perante a ânsia fulgurante com que cada vez se recorre mais às sofisticadas ligações electrónicas!...

¹ Edgar PRESTAGE, D. Francisco Manuel de Mello. Esboco Biographico, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914.

² D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares* (prefácio e notas de Maria da Conceição Morais Sarmento), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

Contudo a carta chegou a alcançar a dimensão e a altura de um verdadeiro género literário, que tem merecido ultimamente desvelada atenção por parte de eméritos estudiosos³.

Tinha, aliás, a servir-lhe de modelo havia séculos as Epistolae ad Familiares, de Cícero, e a darlhe as honras do saber e do bom gosto humanístico, o De conscribendis epistolis de Erasmo, que, entre muitos outros, lhe fixara a teoria no período renascentista.

Entre nós todas as artes de Retórica, sobretudo ao individualizarem os estilos, deram elementos do maior relevo para a composição das cartas segundo os preceitos da melhor perfeição literária, que os epistológrafos iam adoptando, numa vasta produção que continua entre nós quase por estudar, até porque uma boa parte dela ainda jaz imersa no pó dos arquivos⁴.

Só no século seguinte, Francisco José Freire iria dar, no Secretário Português⁵, de 1745, regras organizadas de epistolografia, mas são bem conhecidas as suas dívidas para com os teorizadores italianos e sabe-se como, nestas matérias, a fixação canónica vem sempre depois da constituição da poética explícita. Todavia os ensinamentos não faltavam nos manuais, como pode ver-se na Arte de Retórica, embora posterior, de Manuel Pacheco de Sampaio Valadares⁶.

Convirá, por outro lado, não esquecer que D. Francisco fora aluno dos Jesuítas no Colégio de Santo Antão, de Lisboa, e que oportunas considerações nesta matéria não faltavam, desde 1619, nos Diálogos II e III da Corte na Aldeia de Francisco Rodrigues Lobo⁷, onde se recomenda que a carta tivesse «cortesia comũa, regras direitas, letras juntas, razões apartadas, papel limpo, dobras iguais, chancela sutil e selo claro, 8. A estas recomendações, em certa medida externas, o Diálogo III, «Da maneira de escrever e da diferença das cartas missivas», enunciava preceitos mais concretos acerca da maneira de as escrever, a partir da definição «de Marco Túlio, a quem todos seguem»⁹. E não sofre dúvidas que D. Francisco os conhecia e requintava na sua aplicação.

Parece não ser de pôr em causa que, longe de as considerar simples cartas missivas, o mitente desde muito cedo teve a clara intenção de as dar à estampa, já para fazer prova de mais uma demonstração da sua arte de escrever nos mais variados géneros, já para fazer delas uma justificação e uma defesa da sua acidentada vida e das misteriosas causas das suas desgraças e da sua longa e dolorosa prisão. Misteriosas, pelo menos, para ele!...

O que, porém, mais impressiona o leitor seu contemporâneo como o actual, à distância de quase quatro séculos, é a sua discreta elegância de sentimentos e a sobriedade da sua expressão,

³ Vejam-se entre os seus mais recentes investigadores, do ponto de vista literário, e entre muitos outros, os seguintes: Pedro MARTÍN BAÑOS, El arte epistolar en el Renacimiento europeo 1400-1600, Bilbao, Universidad de Deusto, 2005; Art de la lettre Art de la conversation à l'époque classique en France. (Actes du colloque de Wolfenbüttel, octobre 1991) (dir. Bernard Bray et Christoph Strosetzki), Paris, Klincksieck, 1995; Luigi MATT, Teoria e prassi dell'epistolografia italiana tra Cinquecento e primo Seicento, Roma, Bonacci editore, 2005; Nicola LONGO, Letteratura e lettere, Roma, Bulzoni Editore, 1999; La Correspondencia en la Historia. Modelos y prácticas de la escritura epistolar. Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita (eds. Carlos Sáez y Antonio Castillo Gómez), Madrid, Calambur, 2002; La correspondance. (Actes du Colloque International), Aix-en-Provence, Université de Provence, 1985; Carmen CASTILLO, La Epístola como Género Literario: De la Antigüedad a la Edad Media Latina; Jamile TRUEBA LAWAND, El arte epistolar en el Renacimiento Español, Madrid, Editorial Tamesis, 1996; Amedeo QUONDAM, Le "Carte Messaggiere". Retorica e modelli di comunicazione epistolare: per un índice dei libri di lettere del Cinquecento, Roma, Bulzoni Editore, 1981.

⁴ A obra de Andrée Crabbé ROCHA, *A epistolografia em Portugal*, Coimbra, Livraria Almedina, 1985, limita-se a uma enumeração incompleta de epistológrafos, sem dar do género uma visão teórica, por mínima que fosse.

⁵ Lisboa, António Isidoro da Fonseca, 1745.

⁶ Lisboa, na Oficina de Francisco Luís Ameno, 1701.

⁷ Lisboa, Pedro Craesbeck, 1619.

⁸ Francisco Rodrigues LOBO, Corte na aldeia (Introdução, notas e fixação do texto de José Adriano de Carvalho), Lisboa, Editorial Presença, 1991, 75.

⁹ Francisco Rodrigues LOBO, Corte na aldeia, 89.

numa simbiose que faz dele um verdadeiro paradigma de honnête homme, singular modelo de «cortesão prudente e discreto», como recentemente o denominou, em trabalho notável, o Doutor Paulo da Silva Pereira¹⁰. É como se, na impossibilidade de o fazer em conversa com os amigos, na sociedade em que se integrava, D. Francisco optasse pelo comércio epistolar, dirigido a cada um em particular e destinado a quantos lhe estavam próximos pela inteligência, pelo coração ou por simples relações sociais, fosse qual fosse a sua condição, a sua posição profissional ou o seu lugar nos quadros da magistratura ou da governação do Estado. Daí a escolha rigorosa a que procedeu, quase sempre ditada por critérios estéticos ou por estados de alma que não raro tocam os limites do lírico, como se conclui das afirmações que faz na carta proemial «aos leitores de suas cartas», em que promete outras colectâneas, também organizadas por centúrias. Só nos primeiros seis anos da sua prisão diz ter escrito vinte e duas mil e seiscentas. À data desta declaração, depois de 12 anos de prisão, 6 de desterro e muitos de desdita, o seu número ter-se-ia largamente acrescentado. É que as «cartas sérias e de negócios de Estado, em que podia descobrir-se algũa, se não agradável, útil especulação, não podem comunicar-se, nem o permitirá o lugar, ainda que a matéria o concedesse¹¹. Daquelas, incluídas nesta primeira colectânea, «as mais foram escritas com sangue, enxutas com lágrimas, dobradas com singeleza, seladas pela desgraça, levadas pela mofina. Só se deleitará de as ler a Fortuna, que as fez ditar, como quem nelas está vendo o dibuxo das façanhas de sua sem-razão. Em os assuntos há pouca variedade, porque sempre o humor da sorte estava fixo na melancolia»¹². Escrevera-as «peregrinando pelo mundo e depois entre as maiores tribulações, preso em ũa Torre, falto de saúde, sem gosto, sem liberdade, deixado dos parentes, desemparado dos amigos...*¹³ - como notou António Luís de Azevedo, na dedicatória da sua edição da Academia dos Generosos e aos Discretos. Causa espanto a produtividade epistolográfica de D. Francisco! Dias havia em que escrevia várias cartas, como se com esse enviar e receber quisesse enganar a lentidão do tempo. Aliás no Escritório do Avarento, exprime sem lugar a dúvidas a supremacia das cartas entre todas as formas de comunicação, quando diz, pela boca do Português, que «os epistolários têm por certo que de todos os actos do entendimento, nenhum é tão expresso retrato d'alma como a carta de cada um, por ũa natural reverberação do espírito que faz reflexo no papel de todos os afectos que no ânimo do homem estão guardados e só ali circunstantes; o que não é no livro, na prática, nem no discurso donde o artifício serve de liga ao mais fino ouro do melhor entendimento, 14.

E não há dúvidas de que, apesar do seu múltiplo e variado interesse, aí encontramos o denominador comum que a todas servia de argamassa, ora mais visível, ora mais subtil.

Com efeito, os sofrimentos morais e as dores físicas da sua prisão, primeiro na Torre Velha e depois no Castelo de Lisboa, constituem um leit-motive que nelas transparece a cada passo, insidioso, persistente, mas incapaz de quebrar a serena elegância do seu espírito ou de o impedir de mostrar em cada linha o estilo tornado mais atraente pelo recurso ao conceituoso comedido, mas sempre gracioso e discreto, do dizer, como se, em vez de escrever aos amigos ou simples conhecidos, com eles quisesse manter uma conversa viva e uma forma elegante de sociabilidade através das cartas.

¹⁰ Veja-se a sua excelente tese de Doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob o título D. Francisco Manuel de Melo e o modelo do 'cortesão prudente e discreto' na cultura barroca peninsular, Coimbra, 2007.

¹¹ D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, 52.

¹² D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, 51-52.

¹³ D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, 33.

¹⁴ D. Francisco Manuel de MELO, Os Relógios Falantes e Escritório Avarento, Apólogos Dialogais Primeiro e Segundo (Edição crítica de Maria Judite Fernandes de Miranda), Revista da Universidade de Coimbra, vols, XX-XXI (1968), 103.

Prova não menos convincente dessa preocupação em conceber as suas cartas mais como o paradigma de um género literário do que como transmissoras de notícias da sua vida ou da sua pessoa é a maioritária ocorrência de destinatários não explícitos, quase sempre ocultos sob a inicial N, ainda que não falte a indicação da sua condição social, estado religioso, lugar ocupado nos quadros do Estado ou circunstâncias daqueles contactos por escrito. Inúmeros são os exemplos dessa forma de endereçamento. Basta lembrar aqui um ou outro mais sugestivo, como «A um amigo, falando de dinheiro e de matérias económicas» 15, ou «De cumprimento a um grande senhor que se achava oculto na Corte» 16; ou ainda «A um Conde. De pesares, considerando os trabalhos da vida» 17.

Daí o carácter elíptico de muitas delas, como nesta «A um ministro, sobre certo aviso» ¹⁸ ou «Em resposta a uma prelada a quem devia muitas obrigações» ¹⁹; ou ainda «Dando ruim conta de negócios a um amigo que lhos havia encarregado» ²⁰.

Mesmo assim, é vasto e variado o conjunto dos seus destinatários explícitos, onde deparamos com personalidades como, além do já citado António Luís de Azevedo, com outras da mais preclara nobreza, entre as quais D. António da Alcáçova, comendador da Ordem de Cristo e alcaidemor de Campo Maior e Ouguela, António Álvares da Cunha, que fora um dos fundadores da Academia dos Generosos, João Rodrigues de Sá e Meneses, terceiro Conde de Penaguião, que fora camareiro-mor de D. João IV e de D. Afonso VI, o Conde de Castelo Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, o Conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas, o Conde de Linhares, D. Miguel de Noronha, Duarte Ribeiro de Macedo, Gaspar de Seixas Vasconcelos, D. Rodrigo de Castro, D. Sebastião César de Meneses, o Conde de Vimioso, entre muitos, muitos outros.

Não esqueceu altas figuras politicas estrangeiras, incluindo Luís XIV, a Rainha D. Ana de Áustria e o Cardeal Mazarino, e até o Papa Inocêncio X, bem como vários embaixadores estrangeiros, a quem se dirigiu para alcançar a sua libertação.

Dos escritores, poetas e homens de Letras, correspondeu-se, entre outros, com D. Francisco de Quevedo, que foi para ele um verdadeiro mestre o *seu* Quevedo, Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, Padre Baltasar Teles, de quem fora discípulo em Santo Antão, Erício Puteano, Jacinto Freire de Andrade, Manuel de Faria e Sousa, Manuel Severim de Faria, D. Rodrigo de Castro, D. Vicente Nogueira, Jorge da Câmara, Luís Serrão Pimentel, para lembrar apenas os mais importantes.

Nestas cartas, ciceronianamente adjectivadas de *familiares*, abordam-se múltiplos assuntos do maior interesse, a começar pelo biográfico. Pelas suas páginas vai passando, como imagem, bem à maneira barroca, reflectida num espelho de fino aço, o dia a dia do prisioneiro, vivendo em cada hora a ansiedade dos acasos do cárcere e as incertezas nebulosas de um futuro que o presente envolvia no constante receio de desgraças maiores, fazendo da forçada ociosidade primores de galantaria. Para disso termos a certeza, basta ler queixumes como este de uma carta a Faria e Sousa, lamentando-se, com a infinita graça de uma metáfora pirotécnica, por ainda não ter recebido resposta a uma que escrevera a outro destinatário: «Escrevi há dias a N. e não vi resposta. Os foguetes dos presos, todos são de lágrimas; de reposta nenhum»²¹.

De outras vezes o queixume é mais longo e menos gracioso. É o que acontece na carta a Pedro

¹⁵ D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, Carta 27, 76.

¹⁶ D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, Carta 30, 29.

¹⁷ D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, Carta 509, 486.

¹⁸ D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, Carta 36, 84.

¹⁹ D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, Carta 63, 104.

²⁰ D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, Carta 98, 131.

²¹ D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, Carta 12, de 25 de Outubro de 1637, 66.

da Cunha «queixando-se de sua fortuna». Veja-se este passo: «E pois tudo por cá corre tanto como há-de ser, não se esqueça, Senhor meu, de partir comigo tudo o que lhe dá contentamento ou nojo. Passo no meio de meus porfiosos trabalhos e vivo, não sei se mais neles, se por eles ou para eles. Deus me quer dar o cabedal por modos que eu não entendo. Quanto em mi conheço de forcas, muito há que fora já gastado»²². E desafogando paixões com um amigo ausente, confessavase «igualmente devedor à benevolência que à prudência de V. M., que de tão longe soube acudirme com a triaga contra esta peçonha dos pesares de que vivo há cinco anos oprimido»²³.

Ao informar da justiça que lhe assistia o Doutor Diogo Marchão Temudo, juiz que tinha em mãos o seu processo, ponderava: «Quando Deus não seja servido de que eu descanse ainda de tantos trabalhos, como padeço nesta dilatada perseguição, e outros de novo se me ordenem, terei sequer por alívio o entender que assi será justo e que em minha nova condenação entraram ânimos inteiros e desejadores de acertar com a verdade, ²⁴.

E ao Bispo do Porto, D. Pedro de Meneses, «pedindo-lhe que o ajudasse em seu despacho», fazia esta resenha bem triste da sua vida: «Há seis anos que estou preso; fui sempre pobre e peregrinei por esse mundo a fim de ser homem honrado, não tenho algum humano meio para me poder sustentar aqui. Com as premissas de que haveria de seguir o Conde N. ao Brasil, me acabei de destruir, empenhar e carregar de novas obrigações. Estes sinais foram de um, foram dos muitos, foram de todos. Eu não errei, nem cuidei ligeiro, havendo observado e crido»²⁵.

E noutra carta a um ministro, diz com graciosa ironia: «Não teve, nem vestiu mais formas aquele Proteu que esta minha fortuna; senão que esta, bem que as muda, nunca as melhora. Eu corro-me de dizer o que padeço, porque a variedade destes meus acidentes não só me deixará ofendido, mas mentiroso²⁶.

É que, além da lembrança do passado e das tristezas do presente, não poderia eximir-se à ideia de que o futuro ainda podia ser bem pior!...

As suas dores e preocupações tinham sempre a moderá-las a clarividência da razão, pois, como acentuava logo a abrir essa mesma carta, «assi como é o maior mal do corpo aquele que não obedece às mezinhas, assi é o maior dos do espírito aquele que se não modera com a razão».

Noutros passos não falta a ironia. Como quando, falando a Girolamo Bataglino, Vice-Colector Apostólico acerca da redacção da Historia de los movimientos y separación de Cataluña, sublinha que «havendo de a pôr aos olhos do mundo, pus eu também os olhos por todo ele, buscando a quem pudesse oferecer a memória de um negocio assi importante à Cristandade, chea de verdades, observações e advertências em benefício público²⁷.

Se me demorei talvez um pouco mais do que o razoável nestes aspectos biográficos, mormente nos que diziam respeito ao seu encarceramento e demora verificada no julgamento, foi para demonstrar como o seu espírito soube sempre encarar a desgraça com os ditames da razão e a elegância da sua expressão quando se dirigia a estranhos, numa demonstração da sua cortesania prudente e discreta, tão expressiva da sua identificação com o espírito mais primoroso do seu tempo barroco.

Mas outro aspecto gostaria ainda de sublinhar – a sua importância fundamental para a determinação da sua formação estética, do seu trabalho de criador literário e do seu estilo. Não posso

²² D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, Carta de 22 de Agosto de 1648, 198.

²³ D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, Carta de 7 de Maio de 1649, 247.

²⁴ D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares*, Carta de 27 de Maio de 1649, 253.

²⁵ D. Francisco Manuel de MELO, *Cartas Familiares*, Carta de 30 de Julho de 1649, 262.

²⁶ D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, Carta de 3 de Agosto de 1649, 263.

²⁷ D. Francisco Manuel de MELO, Cartas Familiares, Carta de 30 de Novembro de 1645, 113.

por economia de tempo, abordar agora a relevância desse contributo. Este copioso conjunto epistolográfico encerra, no entanto, elementos capitais para esse e outros aspectos da sua actividade de homem de Letras: as leituras feitas, desde os clássicos greco-latinos até aos seus contemporâneos, com especial relevo para os espanhóis e italianos em que Quevedo e Tasso pontificavam, passando pelos poetas e escritores portugueses de Quinhentos, entre os quais mostrava particular predilecção por Sá de Miranda, por António Prestes e por Camões, pelos cronistas e pelos críticos Este cabedal de leituras trouxe-lhe uma selecta preparação estética e literária, a partir da qual as suas inatas qualidades de gosto poético produziram suculentos e sazonados frutos, de delicado sabor e de requintada novidade.

Depois convém não esquecer a importância que nestas páginas vão adquirindo os elementos sobre a escrita da sua própria obra, desde simples composições isoladas, a El Mayor Pequeño ou ao Fénix de África, merecendo referência muito especial As Segundas três Musas do Melodino, as biografias de D. João IV e do Príncipe D. Teodósio, entre muitas outras.

O seu comércio epistolar com amigos, críticos ou simples conhecidos é, sob este aspecto, uma verdadeira mina de preciosas informações, para a melhor compreensão do seu perfil estético, do seu tempo de escrita, das características da sua obra e do seu tino crítico, sempre norteado por equilibrado bom gosto.

Do seu idiolecto e do seu contributo para a definição do estilo barroco na língua portuguesa, numa simbiose perfeita da beleza, com o lirismo e com a sociabilidade, dão prova suficiente e fundamentada os vários textos dos que no decurso desta conversa fui aduzindo e que seria inoportuno e supérfluo exemplificar neste momento e para este auditório.

Creio que o mais completo juízo acerca destas Cartas Familiares é, ainda hoje, o de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, no parecer para a impressão da primeira edição de 1644: um homem de excelente gosto e de requintado estilo, que não rejeitou nenhum dos assuntos ou temas que preocupavam ou simplesmente interessavam os seus contemporâneos. Um discreto de fino gosto que os acasos da vida encerraram longos anos em prisões, por motivos que nem ele próprio talvez conhecesse bem. Quare?

Hoje quis apenas mostrar, sobretudo aos mais novos, que o trabalho de as estudar, seguindo estas pistas ou optando por perspectivas novas não deixará desiludido quem se dispuser a realizar essa tarefa.